

AMBIENTE

Só três municípios têm roteiro para descarbonizar



Entre várias medidas, a Câmara de Cascais adquiriu dois autocarros a hidrogénio

Um ano depois da Lei de Bases do Clima, **apenas 1% apostam efetivamente** em cortar emissões

TEXTO **CARLA TOMÁS** FOTO **NUNO BOTELHO**

Apenas três municípios portugueses (Cascais, Azambuja e Lisboa) definiram uma estratégia para alcançar a neutralidade carbónica até 2050. Isto significa que apenas 1% dos 308 municípios tomaram medidas para cortar emissões nos sectores da energia, transportes, resíduos e agricultura. Já 35 (11%) comprometeram-se a atingir o objetivo, mas sem um roteiro concreto. Os dados constam do estudo “Mapa da Ação Climática Municipal”, elaborado pela consultora Get2C, para avaliar em que ponto está a resposta de cada concelho à crise climática.

A 10 dias do início da conferência do clima da ONU (COP27), o mapa está longe de ser verde. A Lei de Bases do Clima foi publicada há perto de um ano e 99% dos municípios continuam sem uma estratégia para atingir a neutralidade carbónica em 2050 e 89% não apresentaram qualquer compromisso. A meta nacional é reduzir as emissões de gases de efeito de estufa (GEE) em 55% até 2030 e 90% até 2050, por comparação aos valores de 2005. Para tal é necessário também o contributo local e o prazo para apresentar medidas termina em fevereiro de 2024. A falta de financiamento e de recursos humanos qualificados são as justificações para os atrasos.

Até agora, “os municípios optaram por se focar mais nas questões de energia e não nestes roteiros”, indica ao Expresso Luís Costa, da Get2C. Pelo menos 127 autarquias (41%) apresentaram uma Estratégia de Energia, “na maioria dos casos submetida após adesão ao Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia”.

O lado positivo, diz, “é o compromisso a que se submetem os municípios com a adesão ao Pacto dos Autarcas”. Porém, as ações propostas “não são suficientes para alcançar as metas do roteiro nacional nem o Acordo de Paris”. E o problema, explica, é “não se conseguir medir o que representam as ações propostas (como mudanças de frota ou diminuição da fatura da luz com substituição de lâmpadas convencionais por LED) para a redução da pegada ambiental

dos municípios”.

Já no campo da adaptação às alterações climáticas os resultados do estudo “são mais animadores”: 242 municípios (79%) apresentaram um plano de adaptação municipal ou a nível intermunicipal. O programa ClimAdaPT.Local e o acesso facilitado nos últimos anos a linhas de financiamento, como o POSEUR e os EEA Grants, mobilizaram mais autarcas.

OS BONS EXEMPLOS

A primeira autarquia a definir um Roteiro para a Neutralidade Carbónica foi Cascais, que conta com um vasto conjunto de medidas já em curso quer neste eixo, quer no da adaptação e da estratégica energética. “Há mais de 10 anos que estamos a trabalhar em mitigação e adaptação climática, que considero serem duas faces da mesma moeda”, frisa Joana Balsemão, vereadora do Ambiente de Cascais.

Em 2020, o município decidiu aplicar a metodologia usada a nível nacional ao nível do território local. Entre 2005 e 2015 contabilizaram um decréscimo de emissões de GEE de 571 kt CO₂ para 529 kt CO₂ e estão a fazer a avaliação de 2021. Entre as medidas para reduzir as emissões de GEE locais, e tendo em conta que 50% estão associadas ao transporte, a vereadora destaca o projeto de transportes públicos gratuitos, a aquisição de dois autocarros movidos a hidrogénio e a aposta num plano de paisagem, com remoção de espécies exóticas e introdução de espécies autóctones, para contribuir para a absorção de CO₂.

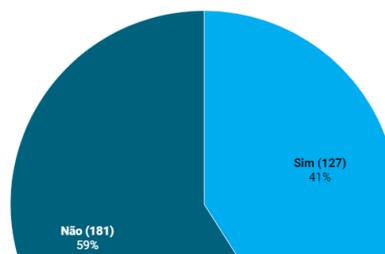
Já na adaptação, continuam a avançar com a renaturalização das ribeiras do concelho, para evitar cheias e poluição. Joana Balsemão aplaude o estudo da Get2C, por permitir avaliar o que está a ser feito e “criar pressão” nos municípios. E espera “daqui a um ano ver o mapa de Portugal mais esverdeado”.

Também o deputado socialista Miguel Costa Matos, que trabalhou na Lei de Bases do Clima, lembra que “o estudo serve para alertar os autarcas para a necessidade de se empenharem”, já que “a crise climática não espera por nós”. Porém, considera que o prazo está longe do fim e que, “até final de 2023, muitos mais devem apresentar um Plano Municipal de Ação Climática”. A justificar os atrasos aponta “a crise pandémica, a subida da inflação e a descentralização, que se tornaram prioridades para os autarcas”.

Mas há outros passos em atraso a nível nacional para cumprir a Lei do Clima, aponta o deputado, lembrando que “até final do ano devem ser dados ao nível da Assembleia da República e do Governo”. Entre estes consta a criação de um conselho de ação climática, para acompanhar e monitorizar a execução das medidas prometidas e postas em prática a nível nacional e local e “calibrar” as ações definidas. O PAN já apresentou um projeto de lei neste sentido e o PS está a finalizar o seu.

ESTRATÉGIA DE ENERGIA

(Número de municípios)

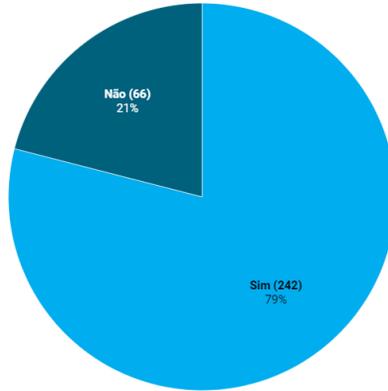




Fonte: GET2C • Criado com Datawrapper

ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO

(Número de municípios)



Fonte: GET2C • Criado com Datawrapper

SOLUÇÕES DE POUPANÇA REFORMA BPI

Comece já a poupar para o futuro

Saiba mais

BPI
Grupo CaixaBank
BANCO BPI, S.A.

